

Ofício SINDPOL-PRES nº 052/2025.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2025.

Exmo. (a) Senhor(a) Deputado(a).

Na qualidade de presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência no sentido de solicitar a derrubada dos vetos apostos a Lei 11003 de 22 de outubro de 2025 (Projeto de Lei nº 6027/2025), de autoria do Poder Executivo, que **DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO QUADRO PERMANENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL E REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 3.586, DE 21 DE JUNHO DE 2001**, pelas razões abaixo descritas:

Veto parcial ao inciso XVIII, do artigo 10: “*Auxílio Saúde, na forma de regulamentação específica*”.

Em suas razões de veto o Poder Executivo justifica a sua oposição aos dispositivos aprovados por emenda parlamentar, sob a falsa premissa de que a sua implantação importaria na criação de despesas, além de ser uma afronta às regras estabelecidas pelo Regime de Recuperação Fiscal, nos termos do artigo 8º, da Lei Complementar nº 159/2017.

Inicialmente é importante esclarecer que, os dispositivos aprovados pelo plenário da Alerj, não são de aplicação imediata, visto que dependem de norma administrativa para sua regulamentação. Por outro lado, por ser uma atividade de elevada periculosidade, é fundamental que tanto o policial civil, quanto os seus familiares, sejam beneficiários da cobertura de um plano de saúde.

É inadmissível que um policial civil, vítima de confronto, tenha que ser internado ao lado de um criminoso, num hospital público, por não ter condições de arcar com um plano de saúde. Nunca é demais lembrar, que outros servidores, das mais diversas esferas de poder, e que não exercem atividade de risco que um policial civil exerce, possuem planos/auxílios saúde.

Ademais, conforme previsto no artigo 61 da Lei Complementar 204 de 2002: “*Art. 61. A atividade policial civil é considerada como atividade exercida em condições especiais de risco que prejudicam a saúde e a integridade física e mental.*” Igualmente, a própria Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil – Lei 14.735/2023 consagra expressamente o auxílio-saúde em seu artigo 30, inciso XXVIII, o qual teve seu veto derrubado pelo Congresso Nacional.

Veto parcial ao parágrafo único do artigo 27: *“As vagas ocupadas através de promoções por ato de bravura ou post mortem não irão ser descontadas das vagas regulares previstas para as promoções pelos critérios de antiguidade ou merecimento”.*

Mas uma vez as razões de veto do Poder Executivo, se afastam totalmente da realidade, isso porque as promoções por bravura já estão ultrapassando a quantidade de vagas disponíveis nas classes dos cargos, gerando a falta de vagas para as promoções por antiguidade e merecimento. Somado a isso, deve ser levado em consideração o fato de o servidor público civil poder permanecer no cargo até os 75 anos de idade (aposentadoria compulsória). Cria-se um gargalo na promoção por antiguidade e merecimento tendo em vista que as vagas destinadas a estas promoções atualmente já foram preenchidas pelas promoções por bravura.

Ao contrário do que colocado pelo Poder Executivo, hoje temos mais servidores promovidos numa classe que a quantidade de vagas disponíveis. Na verdade, o maior problema do atual modelo de promoções, é que os servidores que são promovidos por bravura acabam ocupando as vagas regulares que seriam destinadas as promoções por antiguidade e merecimento, até que haja nova na vacância. O que torna longa a espera de uma vaga para promoção por antiguidade e merecimento.

Da forma em que foi aprovado o parágrafo único, do artigo 27, objeto de veto, não haverá mais promoções excessivas. O dispositivo aprovado pelo plenário da ALERJ, tornará mais célere as promoções por antiguidade e merecimento, na medida em que as vagas regulares não sejam mais objeto de promoções por bravura. O argumento de “descompasso com o quantitativo de cargos” está totalmente equivocado, visto que as promoções se dão entre classes.

Veto ao artigo 33: *“Fica criada a promoção compulsória por antiguidade, independente de vaga no Quadro Permanente da Polícia Civil.*

Parágrafo único. Independente da regulamentação prevista no caput deste artigo, será concedida promoção compulsória por antiguidade ao policial civil da ativa que contar, cumulativamente, com 25 (vinte e cinco) anos de serviço e 05 (cinco) anos na penúltima classe da carreira”.

Quanto ao veto do artigo 33. outra vez as razões de veto não merecem prosperar. De acordo com os fundamentos adotados pelo Poder Executivo, as promoções compulsórias, poderiam violar, supostamente, as regras do regime de Recuperação Fiscal, cujo o Estado do Rio de Janeiro é signatário. Por outro lado, a expressão “25 anos de serviço” poderá ser entendida como serviço estadual ou federal, independentemente de ser dentro da polícia e na carreira policial.

Primeiro é importante deixar claro que o Regime de Recuperação Fiscal não apresenta qualquer vedação sobre promoções, principalmente quando já consagrado em normativo legal em vigor antes mesmo do mencionado Regime. A única vedação expressa no referido regime, é o reajuste de vencimentos durante o período em que estiver em vigor as medidas de equilíbrio fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo assim, o Regime de Recuperação Fiscal também dispõe sobre as exceções, como é o caso da reposição das perdas salariais.

Segundo, é um contrassenso que o tempo de serviço exercido fora da polícia e na carreira policial, não seja considerado para efeito de promoção por antiguidade. A mesma lógica então teria que ser aplicada quando do pedido para inatividade (aposentadoria). Mas não é assim que ocorre. Diametralmente oposto, o tempo de serviço prestado em outras esferas de governo ou instituições públicas é computado para efeito de pagamento de triênios.

Há que se registrar que o texto aprovado não importará em prejuízo algum para o servidor, tendo em vista que os demais critérios para promoção permanecerão inalterados.

Neste sentido, considerando que a não apreciação dos vetos, sobresta a deliberação de outras matérias. Considerando, ainda, que valorização dos servidores da Polícia Civil é fundamental para Política de Segurança Pública. É que rogamos a Vossa Excelência o voto pela derrubada dos vetos pelos fundamentos acima elencados.

Aproveito o momento para renovar votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,



Wagner de Paula

Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro – SINDPOL/RJ